



ESTADO DO MARANHÃO  
Câmara Municipal de Buriti  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

## PARECER JURÍDICO

DA: **ASSESSORIA JURÍDICA**

PARA: **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

INTERESSADO: **ANTONIO MATEUS DOS ANJOS TERTULINO -  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI/MA**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada em serviços de locação de sistema integrado para Votação Digital e para criação de artes digitais e gestão de mídias sociais, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buriti/MA, por meio de processo de dispensa de licitação.

O presente parecer recebe a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS. ANÁLISE DA FORMALIDADE DO PROCESSO Nº024/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº014/2023. CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI-MA. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA VOTAÇÃO DIGITAL, E PARA CRIAÇÃO DE ARTES DIGITAIS E GESTÃO DE MÍDIAS SOCIAIS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI/MA.

### 1. RELATÓRIO

A Câmara Municipal de Buriti - MA deflagrou o Processo Administrativo Nº 024/2023 (Dispensa de Licitação Nº014/2023), visando a contratação de



ESTADO DO MARANHÃO  
Câmara Municipal de Buriti  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

empresa especializada em serviços de locação de sistema integrado para Votação Digital e para criação de artes digitais e gestão de mídias sociais, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buriti.

Em 18 de Maio de 2023, o Presidente da Câmara Municipal, solicitou a contratação da pessoa jurídica **V P DA C CASTRO - IVC TECNOLOGIA (CNPJ N°45.538.503/0001-53)**, através de Dispensa de Licitação, em razão de ter apresentado a proposta de valor com melhor custo benefício do mercado, qual seja R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), além de comprovar os requisitos legais.

E, para a verificação da formalidade, legalidade e regularidade desta contratação, antes da sua homologação e finalização, o presidente da Casa Legislativa solicitou o parecer desta Assessoria Jurídica.

É o relatório, passamos a opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/2021.

Acerca do dever de licitar é pertinente observar que está consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 37, inciso XXI, *in verbis*:

*XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e*



ESTADO DO MARANHÃO  
**Câmara Municipal de Buriti**  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

*econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)*

Desta forma, a mesma norma constitucional que impõe a obrigatoriedade de licitar é assertiva ao estabelecer ressalvas acerca de casos especificados na legislação, demonstrando que existem situações nas quais a administração pública vai se deparar com contratos decorrentes de processos de contratação prescindidos de licitação.

Nestes casos, haverá a contratação direta porque a licitação se tornou inconveniente por motivos diversos como preço, titularidade da contratada, urgência ou calamidade pública ou ainda, em decorrência da inviabilidade de realização do certame.

Para o objeto deste parecer jurídico, atém-se ao artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, referente aos casos de dispensa, ou seja, as situações nas quais o valor da contratação possibilita a ocorrência de forma direta.

Tal hipótese encontra-se no rol taxativo disposto no referido diploma legal. Vejamos:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*

Ademais, a referida lei federal estabelece quais documentos devem instruir o processo de contratação direta por meio da modalidade de dispensa, nos seguintes termos do artigo 72:



ESTADO DO MARANHÃO  
Câmara Municipal de Buriti  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

**Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

**I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**

**II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;**

**III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;**

**IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;**

**V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;**

**VI - razão da escolha do contratado;**

**VII - justificativa de preço;**

**VIII - autorização da autoridade competente.**

Desta forma, após análise dos dispositivos acima, percebe-se que o legislador entendeu ser mais pertinente a dispensa do certame em função do pequeno valor financeiro envolvido na pretensa contratação, pois não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração, repleto de formalidades.

De acordo com a doutrina, a licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles: "é aquela que a própria lei declarou-a como tal".

Por sua vez, José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser



ESTADO DO MARANHÃO  
Câmara Municipal de Buriti  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

realizado, mas em razão da particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

No caso em análise, verifica-se que consta no processo administrativo todos os documentos exigidos no artigo 72 acima dispostos, além de ter sido demonstrado que o custo a ser pago para a Contratação de empresa especializada em serviços de locação de sistema integrado para Votação Digital e para criação de artes digitais e gestão de mídias sociais, para atender as demandas da Câmara Municipal de Buriti, **será de R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**, ou seja, valor este que se mostra compatível com o limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o que justifica a contratação direta.

Não obstante, ressalta-se que o preço supracitado é o praticado no mercado, podendo ser verificado pelas diversas propostas de preços constantes no processo administrativo. Portanto o preço pode ser justificado.

Conforme a documentação acostada aos autos do processo administrativo de dispensa de licitação, constata-se que o prestador de serviço escolhido é do ramo pertinente ao objeto demandado, bem como apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, ofertou o menor preço global dentre os que participaram da pesquisa de preço, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública local, atendendo às necessidades da Câmara Municipal.

Houve também, conforme exigência legal, a comprovação pelo Setor Contábil da Câmara Municipal de Buriti da existência de dotação orçamentária própria para atender a despesa, tendo sido igualmente atestada a previsão de recursos financeiros suficientes para esta despesa.



ESTADO DO MARANHÃO  
**Câmara Municipal de Buriti**  
Avenida Candoca Machado, nº 125 - Centro CEP 65.515-000.  
CNPJ n.º 07.509.201/0001-68

Por fim, após análise da minuta do contrato, constata-se a mesma, efetivamente preenche os requisitos legais, motivo pelo qual podemos informar que o mesmo obedece aos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 3. CONCLUSÃO

Neste ínterim, CONCLUI esta Assessoria Jurídica que o procedimento licitatório em apreço, na Modalidade de Dispensa de Licitação, é REGULAR E LÍCITO, pois atende a forma da Lei nº 14.133/2021, arts. 75, inciso II, e 72, restando presentes os requisitos indispensáveis à realização do mesmo, bem como, da escolha da proposta mais vantajosa, dentre as apresentadas na cotação realizada, ocorrendo a contratação da empresa: **V P DA C CASTRO - IVC TECNOLOGIA (CNPJ N°45.538.503/0001-53)**.

S.M.J

É o parecer.

Buriti/MA, 19 de maio de 2023.

  
**DENNER GOMES DA ROCHA**

Assessor Jurídico

OAB/MA 25.845.